

Empresa
Amazonense de
Transmissão de
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
Individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Balço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



Mensuração dos ativos de contrato relacionado a construção da infraestrutura de transmissão (Consulte as notas explicativas 3.2, 3.8, 3.10 e 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, na rubrica “Contas a receber da concessão – Ativo Contratual” o montante de R\$ 1.200.188 mil e R\$ 1.984.354 mil, respectivamente, enquadrado no escopo do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (*IFRS 15 – Revenue from contract with customer*). O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita financeira.

A mensuração do ativo de contrato envolve julgamentos e premissas significativas, tais como: (i) as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada; e (ii) a taxa de desconto aplicada, que representa o componente de financiamento embutido no fluxo de recebimento futuro. Devido a relevância dos valores envolvidos, os julgamentos e as premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato e impacto significativo nas demonstrações contábeis, consideramos a mensuração do ativo de contrato como um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Obtenção do entendimento sobre os controles internos chave relacionado a valorização do ativo contratual (ii) leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance, além de outros aspectos relacionados ao preço do contrato; (iii) avaliação com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, dos julgamentos e premissas relevantes utilizadas, tais como: margem de construção e margem de operação e manutenção; (iv) avaliação da taxa de desconto utilizada; (v) avaliação das projeções de receitas esperadas; e (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de



auditoria.

Comunicamo-nos com a administração da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração da Companhia, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Nota	2018	2017	2018	2017	
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	79.908	40.150	99.865	77.761
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	-	6.546
Contas a receber da concessão - Ativo financeiro	7	21.167	304.316	34.409	438.952
Contas a receber da concessão - Ativo contratual	7	180.255	-	284.624	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		556	169	2.186	2.068
Outros tributos compensáveis		85	86	396	446
Dividendos a receber		354	5.118	354	1.489
Outros ativos		11.641	11.435	21.079	22.236
		293.966	361.274	442.913	549.498
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber da concessão - Ativo financeiro	7	-	452.146	-	1.242.686
Ativo financeiro		-	450.698	-	1.241.928
Contas a receber da concessão - Ativo contratual	7	1.019.933	-	1.699.730	-
Outros tributos compensáveis		-	-	199	199
Adiantamento para futuro aumento de capital		7.810	-	-	-
Outros ativos		7.278	7.263	16.048	16.128
Investimentos	8	404.189	527.898	48.839	50.314
Imobilizado		434	451	569	574
Intangível		12.017	13.178	20.333	22.117
		1.451.661	1.000.936	1.785.718	1.332.018
TOTAL DO ATIVO		1.745.627	1.362.210	2.228.631	1.881.516
PASSIVO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	219.289	136.482	241.144	150.968
Fornecedores		4.151	2.361	16.407	16.409
Imposto de renda e contribuição social a pagar		13.044	22.886	15.149	24.883
Outros tributos a pagar		9.892	9.214	13.337	12.462
Dividendos a pagar		-	-	-	3.486
Provisão para compensação ambiental	11	9.950	9.251	9.950	9.251
Encargos regulatórios	12	13.403	16.573	18.211	21.523
Outros passivos		3.663	3.402	12.821	9.496
		273.392	200.169	327.019	248.478
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	188.495	323.140	265.151	398.170
PIS e COFINS diferidos		46.671	-	101.345	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	214.916	101.124	265.320	162.846
Provisão para contingências	13	176	185	176	291
Encargos regulatórios diferidos	12	36.229	-	59.931	-
Outros passivos		-	-	620	618
		486.487	424.449	692.543	561.925
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	14	581.931	559.008	581.931	559.008
Reservas de lucro		306.273	134.725	306.273	134.725
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		97.544	43.859	97.544	43.859
		985.748	737.592	985.748	737.592
Participação de acionistas não controladores		-	-	223.321	333.521
PATRIMÔNIO LÍQUIDO + PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		985.748	737.592	1.209.069	1.071.113
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.745.627	1.362.210	2.228.631	1.881.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2018	2017	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	294.585	242.990	421.079	364.134
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS					
Pessoal		(6.931)	(6.396)	(14.097)	(12.837)
Material e serviços de terceiros		(12.398)	(10.511)	(20.448)	(15.318)
Outros		(387)	(426)	(922)	(1.294)
Custo de implantação de infraestrutura		-	-	(14.195)	(8.988)
LUCRO BRUTO		274.869	225.657	371.417	325.697
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS					
Pessoal e administradores		(6.066)	(5.574)	(6.810)	(6.294)
Material e serviços de terceiros		(1.676)	(1.677)	(2.738)	(3.207)
Depreciação e amortização		(1.810)	(1.888)	(1.914)	(2.002)
Outras		(2.471)	(2.950)	(2.709)	(3.126)
		(12.023)	(12.089)	(14.171)	(14.629)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	8	60.149	62.736	9.823	12.265
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		322.995	276.304	367.069	323.333
RECEITAS FINANCEIRAS	17	4.403	4.057	6.893	7.428
DESPESAS FINANCEIRAS	17	(33.007)	(56.356)	(41.053)	(65.381)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		294.391	224.005	332.909	265.380
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(20.973)	(32.550)	(25.177)	(37.133)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10 e 18	(20.216)	11.022	(26.719)	5.283
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		253.202	202.477	281.013	233.530
ACIONISTAS CONTROLADORES		253.202	202.477	253.202	202.477
ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	27.811	31.053
		253.202	202.477	281.013	233.530
QUANTIDADE DE AÇÕES ORDINÁRIAS		92.000.000	92.000.000		
QUANTIDADE DE AÇÕES PREFERENCIAIS		88.000.010	88.000.010		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO ORDINÁRIA - EM R\$		1,406678	1,124872		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO PREFERENCIAL - EM R\$		1,406678	1,124872		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	253.202	202.477	281.013	233.530
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	253.202	202.477	281.013	233.530
ACIONISTAS CONTROLADORES			253.202	202.477
ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES			27.811	31.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
		Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais				
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	531.545	106.309	27.463	-	45.656	-	710.973	321.844	1.032.817
Aumento de capital	27.463	-	(27.463)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	202.477	202.477	31.053	233.530
Destinação proposta à AGO:									
Reserva legal	-	5.493	-	-	-	(5.493)	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	22.923	-	-	(22.923)	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-	-	(3.486)	(3.486)
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(45.656)	-	(45.656)	(7.887)	(53.543)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(82.134)	(82.134)	(8.003)	(90.137)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	(48.068)	(48.068)	-	(48.068)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	43.859	(43.859)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	559.008	111.802	22.923	-	43.859	-	737.592	333.521	1.071.113
Adoção CPC 47, feito em 1º de janeiro de 2018	-	-	-	-	-	166.793	166.793	(96.502)	70.291
Constituição da reserva de retenção de lucros, /	-	-	-	166.793	-	(166.793)	-	-	-
Aumento de capital	22.923	-	(22.923)	-	-	-	-	(9.690)	(9.690)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	253.202	253.202	27.811	281.013
Destinação proposta à AGO:									
Reserva legal	-	4.584	-	-	-	(4.584)	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	23.094	-	-	(23.094)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(43.859)	-	(43.859)	(7.554)	(51.413)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(81.535)	(81.535)	(24.265)	(105.800)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	(46.445)	(46.445)	-	(46.445)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	97.544	(97.544)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	581.931	116.386	23.094	166.793	97.544	-	985.748	223.321	1.209.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	294.391	224.005	332.909	265.380
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	1.810	1.888	1.914	2.002
Equivalência patrimonial	(60.149)	(62.736)	(9.823)	(12.264)
Juros e variação monetária	32.869	56.014	40.639	64.910
Receita de aplicações financeiras	-	-	(251)	(615)
Provisões para contingências	-	-	(106)	(70)
Baixa de ativos	-	14	-	16
Outros itens	(661)	-	(703)	-
	268.260	219.185	364.579	319.359
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber da concessão	(23.409)	107.430	(39.399)	95.719
Impostos a recuperar	(1.774)	(42)	(1.889)	4.276
Outros ativos	(221)	(2.205)	1.233	(3.918)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	-	(276)	(1.792)	(1.569)
Tributos e contribuições sociais a recolher	135.604	(29.624)	131.846	(33.211)
Encargos regulatórios	(163.312)	1.280	(159.111)	2.050
Outros passivos	275	(253)	3.341	(284)
Pagamento de contingências	(9)	(5)	(9)	(5)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	215.414	295.490	298.799	382.417
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	(810)	(1.731)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(7.810)	-	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	-	6.825	641
Aplicações de títulos e valores mobiliários	-	-	(28)	(12)
Caixa adquirido em transação de capital	25.733	-	25.733	-
Recebimento de dividendos	62.253	54.495	9.567	16.856
Aplicações no imobilizado	(31)	(7)	(50)	(8)
Aplicações no intangível	-	(45)	-	(45)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	79.335	52.712	42.047	17.432
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	-	(30.000)	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(171.839)	(168.648)	(207.099)	(187.791)
Empréstimos e debêntures captados	84.450	69.477	193.761	69.477
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(167.602)	(239.130)	(275.403)	(261.027)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(254.991)	(338.301)	(318.741)	(379.341)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	39.758	9.901	22.105	20.508
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	40.150	30.249	77.760	57.253
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	79.908	40.150	99.865	77.761
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	39.758	9.901	22.105	20.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala A - São Paulo - SP.

A EATE possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Contrato de concessão						
		Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
EATE		042/2001	30	2031	227.207	IGPM	mar/03	Sim
Lumitrans	80%	007/2004	30	2034	27.786	IGPM	out/07	Sim
STC (**)	62%	006/2006	30	2036	45.238	IPCA	nov/07	Sim
EBTE (**)	51%	011/2008	30	2038	48.313	IPCA	jun/11	Não
ESTE (***)	100%	019/2017	30	2047	-	IPCA	N/A	Não

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As RAPs informadas estão conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408/2018.

(**) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 47.007 para STC e R\$ 53.405 para EBTE.

(***) A controlada ESTE ainda não iniciou sua operação comercial. O investimento previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) é de R\$ 485.841, com uma Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 101.020.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da EATE entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa “Contas a receber da concessão”.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2019.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao processo inerente das estimativas. A EATE revisa suas estimativas anualmente.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da EATE e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem a EATE e suas controladas. São consideradas controladas quando a EATE controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) no exercício das empresas controladas.

A tabela a seguir demonstra os investimentos societários que a EATE detém em 31 de dezembro de 2018:

Razão Social	Tipo de investimento	% participação	
		Dezembro	Dezembro
		2018	2017
EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Controlada	51,00%	51,00%
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Controlada	61,55%	61,55%
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Controlada	80,00%	80,00%
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A	Controlada	100,00%	99,99%
ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A	Coligada	18,08%	18,08%
Companhia Transirapé de Transmissão S.A	Coligada	10,00%	10,00%
Companhia Transleste de Transmissão S.A.	Coligada	10,00%	10,00%
Companhia Transudeste de Transmissão S.A.	Coligada	10,00%	10,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como “valor justo por meio do resultado”. Contas a receber da concessão, até 31 de dezembro de 2017 foram classificadas “ativo financeiro pelo custo amortizado” em consonância com o ICPC 01 (IFRIC 12), tendo sido alterado para “ativo contratual pelo custo amortizado”, em conformidade com o CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15), a partir de 1º de janeiro de 2018, data de início de vigência da referida norma.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.2 Contratos de concessão

O contrato de concessão prevê que o concessionário atue como prestador de serviço de implantação, ampliação, reforço ou melhoria da infraestrutura bem como a operação e

manutenção dessa infraestrutura durante o prazo do contrato. A EATE e suas controladas registram e mensuram a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (IFRIC 12) como ativo contratual.

A EATE possui além da infraestrutura licitada, outra instalação decorrente de ampliações, reforços ou melhorias, totalizando dois ativos contratuais. As controladas LUMI e ESTE possuem somente infraestrutura licitada e as controladas EBTE e STC, possuem além da infraestrutura licitada, 1 e 3, respectivamente, outras instalações decorrentes de ampliações, reforços ou melhorias, totalizando no consolidado 10 ativos contratuais.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária cumpre a obrigação de implantar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a EATE e suas controladas cumprem a obrigação de operar e manter a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pelo cumprimento da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos na infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 8,5% a.a. e 15,00% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGPM, na EATE e Lumitrans e pelo IPCA, na STC, EBTE e ESTE. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão “RGR” e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica “TFSEE”) registrados no passivo não circulante.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da EATE e suas controladas revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a EATE e suas controladas não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.4 Passivos financeiros

A EATE e suas controladas classificam fornecedores como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

3.5 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a EATE e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.6.1 Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A EATE e suas controladas revisam e ajustam suas estimativas e premissas anualmente.

3.7 Tributação

3.7.1 Impostos sobre a receita

As receitas da EATE e suas controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

3.7.2 Imposto de renda e contribuição social:

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da EATE e da controlada EBTE são calculados pelo regime de lucro real e suas controladas Lumitrans e STC são optantes pelo regime do lucro presumido.

A EATE e a controlada EBTE possuem incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.8 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela EATE e pelas suas controladas, e estão segregadas da seguinte forma:

3.8.1 *Receita de implantação de infraestrutura*

Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a EATE e suas controladas utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.

3.8.2 *Receitas de remuneração dos ativos da concessão*

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.8.3 *Receitas de operação e manutenção*

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo e incluem margens idênticas às utilizadas no serviço de implantação de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

3.8.4 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.9 Resultado por ação

A EATE e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.10 Principais mudanças nas políticas contábeis

A EATE e suas controladas adotaram os pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC, CVM e IASB, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, que são:

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)**

Na adoção do CPC 47, a EATE e suas controladas aplicaram o método do efetivo cumulativo, não reproduzindo os efeitos deste CPC para o exercício comparativo de 2017. Os ajustes dos saldos contábeis em função da adoção inicial foram registrados em lucros acumulados.

A EATE e suas controladas avaliaram suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.2, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o Contas a receber de Implantação da Infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018 R\$ 736.109, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 1.178.214. A diferença dos critérios de mensuração, no montante de R\$ 166.793 foi contabilizada diretamente em lucros acumulados, líquido dos efeitos de impostos tributários e encargos regulatórios diferidos.

- **CPC nº48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)**

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A EATE e suas controladas adotaram a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A EATE e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação dessas demonstrações contábeis e também não planejam adotá-las de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 6 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da EATE e suas controladas está em processo de análise e não espera impactos significativos decorrentes desses pronunciamentos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	98	31	511	135
Aplicações financeiras	79.810	40.119	99.354	77.626
	79.908	40.150	99.865	77.761

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 98,15% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (97,31% do CDI em 31 de dezembro de 2017). Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de investimento em renda fixa, possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6 Títulos e valores mobiliários

Em julho de 2018 a controlada EBTE liquidou o financiamento junto ao BNDES. O saldo da conta reserva vinculada ao financiamento em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 6.546.

7 Contas a receber da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da EATE e de suas controladas é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2018:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	756.462	1.681.638
Receita de operação e manutenção	42.438	65.303
Remuneração do ativo contratual da concessão	277.721	379.589
Receita de implantação de infraestrutura	-	20.428
(-) Parcela variável	(1.222)	(2.678)
Realização do ativo contratual (recebimento)	145.956	(125.517)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	1.221.355	2.018.763
Contas a receber da concessão - circulante	201.422	319.033
Contas a receber da concessão - não circulante	1.019.933	1.699.730
Total circulante e não circulante	1.221.355	2.018.763

As contas a receber da concessão incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A EATE e suas controladas consideram que o valor da indenização a que terão direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8 Investimentos

a. Movimentação dos investimentos durante os exercícios apresentados:

	Controladora								
	STC	Lumitrans	EBTE	ESTE	Transudeste	Transleste	Transirapé	ERTE	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	151.432	89.938	213.115	1	10.885	11.349	13.518	28.957	519.195
Adição (Aumento de capital)	-	-	-	1.731	-	-	-	-	1.731
Resultado de equivalência patrimonial	20.314	14.737	15.279	142	1.649	2.177	1.910	6.528	62.736
Dividendos e juros sobre capital próprio	(19.551)	(14.701)	(3.629)	-	(5.329)	(2.997)	(2.729)	(6.300)	(55.236)
(-) Amortização ágio	-	-	-	-	(135)	(187)	(206)	-	(528)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	152.195	89.974	224.765	1.874	7.070	10.342	12.493	29.185	527.898
Adição (redução de capital)	(12.310)	(8.000)	-	810	-	-	-	(5.424)	(24.924)
Resultado de equivalência patrimonial	16.477	17.274	13.691	1.296	1.335	2.089	2.634	5.353	60.149
Efeito adoção CPC-47	(10.061)	5	(93.901)	481	(1.679)	(2.032)	(1.273)	7.544	(100.916)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(18.203)	(13.003)	(17.850)	-	(806)	(1.375)	(342)	(5.914)	(57.493)
(-) Amortização ágio	-	-	-	-	(134)	(187)	(204)	-	(525)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	128.098	86.250	126.705	4.461	5.786	8.837	13.308	30.744	404.189

A EATE reconhece, nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas e coligadas por meio do método de equivalência patrimonial.

b. Participação no resultado e patrimônio líquido:

	Controladas				Coligadas			
	STC	Lumitrans	EBTE	ESTE	Transudeste	Transleste	Transirapé	ERTE
Dados das companhias:								
Total do ativo	234.988	120.512	463.994	18.424	94.204	151.351	176.893	193.346
Total do passivo	26.869	12.699	215.551	12.374	57.055	91.436	77.126	23.271
Patrimônio líquido	208.119	107.813	248.443	6.050	37.149	59.915	99.767	170.075
Receita líquida	31.939	24.658	56.433	13.464	19.746	32.059	34.824	34.115
Lucro líquido	26.771	21.593	26.847	1.296	13.348	20.895	26.335	29.615
Quantidade de ações	211.003.246	72.012.095	263.058.339	2.541.894	30.000.000	49.569.000	22.340.490	84.133.970
Participação da EATE:								
Quantidade de ações no capital social	129.872.000	57.609.676	134.159.752	2.541.893	3.000.000	4.956.900	2.234.049	15.208.597
	61,55%	80,00%	51,00%	100,00%	10,00%	10,00%	10,00%	18,08%
no resultado	16.477	17.274	13.692	1.296	1.335	2.090	2.632	5.353
no patrimônio líquido	128.097	86.250	126.706	4.462	5.786	8.836	13.308	30.744

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora				Consolidado				
	2018			2017	2018			2017	
	Circulante		Não Circulante	Total	Total	Circulante		Não Circulante	Total
	Encargos	Principal	Principal			Encargos	Principal	Principal	Total
BNDES - Subcrédito A	-	-	-	-	-	-	-	-	83.968
BNDES - Subcrédito B	-	-	-	-	-	-	-	-	5.548
Debêntures 1ª emissão	-	-	-	-	82	21.773	76.656	98.511	-
Debêntures 3ª emissão	55	20.841	-	20.896	104.104	55	20.841	-	20.896
Debêntures 4ª emissão	640	37.398	28.055	66.093	103.952	640	37.398	28.055	103.952
Debêntures 5ª emissão	809	125.928	53.965	180.702	180.643	809	125.928	53.965	180.702
Debêntures 6ª emissão	46	15.138	41.843	57.027	70.923	46	15.138	41.843	57.027
Debêntures 7ª emissão	69	18.365	64.632	83.066	-	69	18.365	64.632	83.066
	1.619	217.670	188.495	407.784	459.622	1.701	239.443	265.151	506.295
									549.138

- **Debêntures 7ª emissão:** Em junho de 2018, a EATE emitiu debêntures, no valor de R\$ 85.000, com prazo de vigência de 5 anos. A tabela a seguir apresenta as condições contratadas dos empréstimos, financiamentos e debêntures da EATE e suas controladas:

Financiadores / credores	Empresas operacionais	Consolidado							
		Condições contratadas						Periodicidade da amortização	
		Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa efetiva a.a.		Principal	Encargos	
			Indexador	Juros (%)					
BNDES - Subcrédito A	EBTE (*)	mar/10	mai/25	141.652	TJLP	2,56	Mensal	Mensal	
BNDES - Subcrédito B	EBTE (*)	ago/10	nov/19	23.498	-	4,50	Mensal	Mensal	
Debêntures 3ª emissão	EATE (**)	mar/14	mar/19	270.000	CDI	1,15	Trimestral	Trimestral	
Debêntures 4ª emissão	EATE (**)	ago/14	ago/20	159.000	109,75% do CDI		Trimestral	Trimestral	
Debêntures 5ª emissão - Série I	EATE (**)	set/16	set/19	126.000	113,00% do CDI		Mensal	Bullet	
Debêntures 5ª emissão - Série II	EATE (**)	set/16	set/21	54.000	116,00% do CDI		Mensal	Bullet	
Debêntures 6ª emissão	EATE (**)	set/17	set/22	70.000	107,75% do CDI		Mensal	Bullet	
Debêntures 7ª emissão	EATE (**)	jun/18	jun/23	85.000	112% do CDI		Mensal	Bullet	

- (*) Os contratos com o BNDES da controlada EBTE exigem a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). Dentre estas cláusulas restritivas destaca-se o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,30, ao longo de todo o prazo de amortização.
- (**) As cláusulas restritivas das debêntures da EATE estão relacionadas aos limites da dívida líquida que em 31 de dezembro de 2018, atualizados pelo IGPM eram de R\$ 1.315.306, R\$ 760.930, R\$ 1.014.383, R\$ 1.324.609 e R\$ 1.071.348 para a 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissão de debêntures, respectivamente.

A Administração da EATE e suas controladas mantêm o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2018, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

Os vencimentos anuais dos empréstimos, financiamentos e debêntures do não circulante são como segue:

	Controladora	Consolidado
2020	61.716	83.547
2021	87.669	109.556
2022	29.878	51.819
2023	9.232	20.229
	188.495	265.151

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora				Consolidado				
	Dezembro 2017	Reconhecido no resultado	Adoção CPC 47	Dezembro 2018	Dezembro 2017	Reconhecido no resultado	Adoção CPC 47	Reclassificação	Dezembro 2018
Ativo fiscal diferido									
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(43.531)	3.225	-	(40.306)	(36.905)	2.906	-	-	(33.999)
Subtotal	(43.531)	3.225	-	(40.306)	(36.905)	2.906	-	-	(33.999)
Passivo fiscal diferido									
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	142.438	19.208	93.576	255.222	179.643	25.849	93.576	-	299.068
Outros itens	2.217	(2.217)	-	-	2.284	(2.036)	-	3	251
Subtotal	144.655	16.991	93.576	255.222	181.927	23.813	93.576	3	299.319
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	101.124	20.216	93.576	214.916	145.022	26.719	93.576	3	265.320

11 Provisão para compensação ambiental

Como parte do processo de licenciamento, a EATE é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. Para tanto, o IBAMA determinou o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. Em 31 de dezembro de 2018, a EATE manteve saldo no valor de R\$ 9.950 (R\$ 9.251 em 31 de dezembro de 2017), e aguarda a indicação do seu destino por parte do órgão público ambiental.

12 Encargos regulatórios

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Quota de reserva global de reversão - RGR	31.972	2.649	53.801	3.963
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	12.604	13.658	16.040	17.217
Taxa de fiscalização - ANEEL	5.056	266	8.301	343
	49.632	16.573	78.142	21.523

13 Provisão para contingências

As provisões constituídas para contingências em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 176 (R\$ 185 em 31 de dezembro de 2017) referem-se a causas trabalhistas. Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificada como “possível” em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	Valores envolvidos estimados			
	EATE	Lumitrans	EBTE	Total
Trabalhista	9.215	-	-	9.215
Regulatório	3.105	-	-	3.105
Tributário	4.022	91	786	4.899
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	16.342	91	786	17.219
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	7.836	85	710	8.631

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 581.930, representado por 92.000.000 ações ordinárias e por 88.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Controladora			
	Quantidade de ações			
	Integralizadas		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	46.020.150	44.011.576	50,02%	50,02%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	45.979.850	43.988.434	49,98%	49,98%
	92.000.000	88.000.010	100,00%	100,00%

14.2 Reservas de lucro

14.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido.

14.2.2 Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício,

e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

14.2.3 Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da EATE, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	Controladora	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	253.202	202.477
Constituição da reserva legal	(4.584)	(5.493)
Base de cálculo de dividendos	248.618	196.984
Dividendos intermediários (*)	(81.535)	(82.134)
Juros sobre capital próprio	(46.445)	(48.068)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais (**)	(97.544)	(43.859)
Incentivo fiscal	(23.094)	(22.923)
Saldo de lucros acumulados	-	-

(*) Inclui dividendo mínimo obrigatório de R\$ 62.155 em 2018.

(**) A distribuição dos dividendos adicionais estão sendo propostas “ad referendum” à assembleia de acionistas.

15 Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$ 2.383 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.247 em 31 de dezembro de 2017), sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2018, a EATE não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

16 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional bruta	318.937	272.712	462.643	406.058
Receita de operação e manutenção	42.438	27.508	65.303	42.662
Receita de implantação de infraestrutura	-	-	20.429	8.988
Remuneração do ativo financeiro da concessão		246.512	-	355.949
Remuneração do ativo contratual da concessão	277.721	-	379.589	-
(-) Parcela variável	(1.222)	(1.308)	(2.678)	(1.541)
Deduções da receita operacional	(24.352)	(29.722)	(41.564)	(41.924)
PIS	(2.166)	(2.585)	(4.180)	(3.899)
COFINS	(9.992)	(11.928)	(19.271)	(17.971)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(8.293)	(10.069)	(12.440)	(13.294)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.626)	(3.591)	(3.761)	(4.714)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(1.275)	(1.549)	(1.912)	(2.046)
Receita operacional líquida	294.585	242.990	421.079	364.134

17 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras	4.403	4.057	6.893	7.428
Receita de aplicações financeiras	4.086	3.790	6.410	6.995
Juros ativos	291	265	409	350
Outras receitas financeiras	26	2	74	83
Despesas financeiras	(33.007)	(56.356)	(41.053)	(65.381)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(31.314)	(55.258)	(38.684)	(63.956)
Variação monetária	(1.555)	(756)	(1.882)	(954)
Outras despesas financeiras	(138)	(342)	(487)	(471)
Resultado financeiro líquido	(28.604)	(52.299)	(34.160)	(57.953)

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	294.391	224.005
Juros sobre capital próprio	(46.445)	(48.068)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após JCP	247.946	175.937
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	84.303	59.819
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	-	19.231
(-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014	(13.565)	-
Equivalência patrimonial	(20.451)	(21.330)
Despesas e provisões indedutíveis	5.813	1.258
IFRS 15 O&M e pis- cofins-rgr+taxa	2.211	-
Outras	(24)	(24)
	58.287	58.954
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	11.101	(11.022)
Incentivo Fiscal	(23.094)	(21.118)
Lei rouanet / Esporte / FIA	(1.576)	(2.061)
(-) Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	(3.225)	(3.225)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(304)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	41.189	21.528
Taxa efetiva	13,99%	9,61%

19 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, a EATE e suas controladas não tinham contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados como valor justo por meio do resultado. Contas a receber da concessão é classificado como ativo contratual pelo custo amortizado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b. Hierarquia do valor justo

A EATE e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A EATE e suas controladas classificam os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como nível I.

c. Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da EATE e das suas controladas podem ser assim identificados:

- **Risco de crédito** - A EATE e suas controladas mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 879 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a EATE e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- **Risco de preço** - As receitas da EATE e da controlada Lumitrans, são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, enquanto que as controladas EBTE e STC são reajustadas pela variação do IPCA;
- **Risco de taxas de juros** - A atualização dos contratos de debêntures da EATE está vinculada à variação do CDI e os contratos de financiamento da EBTE estão vinculados a TJLP;
- **Risco de liquidez** - A principal fonte de caixa da EATE e das suas controladas é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL;

A Administração da EATE e das suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

20 Benefícios a empregados

A EATE e suas controladas, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

21 Compromissos assumidos

A EATE mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 400.